

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 17 de março de 2022

No dia dezassete de março de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM) por videoconferência.

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta comissária.

Na reunião, estiveram presentes os/as Conselheiros/as representantes das Comunidades: Brasileira, Cabo-verdiana, Moçambicana, Ucrainiana, Romena, Chinesa, Indiana, e Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. Das entidades, marcaram presença: Fundação Aga Khan (FAK), Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Direção-Geral das Artes (DGArtes), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), Turismo de Portugal, Direção-Geral da Educação (DGE), Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.), Governo Regional dos Açores (GRA), Governo Regional da Madeira (GRM), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o Cidadão de Reconhecido Mérito Jorge Malheiros e o Cidadão de Reconhecido Mérito Amadou Diallo.

Nos termos da alínea *a)* do n.º 4 do art.º 8 do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, a reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata da Reunião do CM de dia 15.12.2021;

2. Apresentação, pela OIM, do Relatório Final sobre o Envolvimento da Sociedade Civil no PNIPGM;
3. Apresentação, pela OIM, dos trabalhos no âmbito da Revisão Internacional do Pacto Global das Migrações;
4. Principais concretizações do PNIPGM;
5. Reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos de Bragança;
6. Outros assuntos.

Antes de iniciar os trabalhos da reunião, a Alta-comissária deu nota dos seguintes pontos prévios:

- Como anteriormente informado ao Conselho, por email, o ponto 5. da Ordem Trabalhos – Reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos de Bragança – teve de ser adiado para uma próxima reunião, atendendo a que ainda não está reunida toda a documentação necessária para a emissão de parecer;
- A atual situação de emergência humanitária na Ucrânia estava prevista ser abordada no final da reunião e, neste âmbito, o SEF, ISS, I.P., o IEFP, I.P, enquanto entidades mais diretamente relacionadas com o acolhimento e integração das pessoas deslocadas da Ucrânia, darem nota do trabalho que tem sido desenvolvido, a par da Conselheira representante da Comunidade Ucraniana e dos restantes conselheiros que posteriormente quisessem intervir. Tendo sido adiado o ponto 5. da Ordem de Trabalhos, propõe-se abordar o tema neste ponto;
- Os movimentos forçados não têm sido tratados no âmbito do CM, sendo abordados em outros fóruns. No entanto, dada a natureza específica desta crise, a sua escalada e o facto de a comunidade ucraniana estar representada neste Conselho, coloca-se à consideração do CM a votação da inserção deste novo ponto na Ordem de Trabalhos e perceber como se pretende fazer a abordagem dos movimentos forçados futuramente.

Não havendo discordância do plenário, foi aprovado abordar no ponto 5. da Ordem de Trabalhos a situação de emergência na Ucrânia.

Dando início ao ponto 1. da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata da Reunião do CM de dia 15.12.2022, a Alta-comissária informou não terem sido recebidos contributos para alteração da versão enviada, por email, ao CM e submeteu a ata à votação. Não havendo discordância com o conteúdo proposto, a ata foi aprovada pelo plenário.

Passando para o ponto 2. da Ordem de Trabalhos – Apresentação, pela OIM, do Relatório Final sobre o Envolvimento da Sociedade Civil no PNIPGM –, a Alta-comissária deu as boas-vindas e agradeceu a presença da equipa da Organização Internacional para as Migrações (OIM), representada pelo Chefe de Missão da OIM Portugal, Vasco Malta, e por Sofia Cruz.

A Alta-comissária lembrou que o processo de envolvimento da Sociedade Civil no PNIPGM já é do conhecimento do CM e resultou de uma parceria entre o ACM, I. P., e a OIM e cujos desenvolvimentos foram sendo trazidos ao Conselho em reuniões anteriores. Em seguida, passou a palavra ao Chefe de Missão da OIM Portugal.

Começando por cumprimentar o plenário e agradecer o convite para participar na reunião do CM, o Chefe de Missão da OIM Portugal destacou que:

- Os dados preliminares do processo de auscultação à sociedade civil foram anteriormente comunicados ao CM;
- Na presente reunião seria feita uma apresentação dos resultados finais da auscultação;
- A OIM reitera o seu compromisso com o envolvimento da sociedade civil no Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM), designadamente na recolha das recomendações quanto à implementação Plano.

De seguida, o Chefe de Missão da OIM Portugal apresentou os resultados finais da auscultação à sociedade civil, tendo a sua apresentação sido remetida ao CM, por email, em anexo à proposta de ata.

No final da apresentação, o Chefe de Missão da OIM Portugal salientou que a OIM permanece disponível para avaliar a evolução do PNIPGM. Fez também um agradecimento à sua equipa, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da auscultação à sociedade civil e manifestou a sua disponibilidade para qualquer questão do CM.

No ponto do 3. da Ordem de Trabalhos – Apresentação, pela OIM, dos trabalhos no âmbito da Revisão Internacional do Pacto Global das Migrações – a Alta-comissária deu novamente a palavra à OIM.

Quanto aos trabalhos no âmbito da Revisão Internacional do Pacto Global das Migrações, o Chefe de Missão da OIM Portugal deu as seguintes informações:

- O Fórum Internacional de Revisão da Migração terá lugar na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, no mês de maio. Este fórum é uma plataforma intergovernamental que visa discutir e partilhar os progressos na implementação do Pacto Global das Migrações (PGM), pelo que conta com a participação de todos os atores envolvidos neste processo. Os vários países estarão representados ao mais alto-nível, o que sucederá também no caso de Portugal. A informação sobre esta Fórum pode ser consultada na ligação <https://www.un.org/en/migration2022/>;
- Portugal é um dos Países Campeões na implementação do PGM e foi um dos primeiros países do mundo a desenvolver um Plano Nacional de Implementação do PGM;
- Juntamente com o Azerbaijão e o Luxemburgo, Portugal teve a oportunidade de incentivar à participação de outros estados neste processo de revisão do PGM, nomeadamente em eventos de preparação para o Fórum Internacional de Revisão da Migração, pelo que se espera que o Fórum conte com uma presença expressiva de delegações nacionais.

A Alta-comissária agradeceu a intervenção e referiu que, no âmbito da revisão do PGM, foi feito um exercício de identificação de boas práticas em que Portugal também participou, tendo identificado boas-práticas dos serviços e da sociedade civil. Para dar mais informação sobre esta questão, passou a palavra à Diretora do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do ACM, I.P. (DRIPMCM), Cristina Casas.

A Diretora DRIPMCM informou que:

- No âmbito do relatório de execução do PNIPGM sobre as medidas implementadas entre 2019 e 2021, e que está a ser ultimado, foram identificadas boas-práticas que projetam o trabalho desenvolvido e serão submetidas por Portugal, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);
- O processo de identificação de boas-práticas tem estado a ser articulado com a rede de pontos focais do PNIPGM;
- A sociedade civil também poderá submeter as suas boas-práticas.

A Alta-comissária agradeceu as intervenções, salientando o trabalho da OIM na promoção de um maior envolvimento da sociedade civil no PNIPGM. Deu ainda nota de que o Relatório Final de auscultação à sociedade civil estará disponível *online* em breve, pelo que será enviado ao CM o respetivo *link* para conhecimento e partilha da informação.

Pediu a palavra o representante das Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL nº 31/2014, de 27 de fevereiro, Conselheiro Timóteo Macedo, tendo observado que:

- Apesar dos relatórios que possam ser produzidos, existe pouca participação da sociedade civil e é necessário mudar o atual paradigma. Ou seja, é preciso reconhecer que a sociedade civil tem de ser valorizada e têm de ser criadas dinâmicas para capacitar as organizações, inclusivamente ao nível dos apoios financeiros, para melhorar o seu funcionamento;
- Existem boas-práticas que não são totalmente implementadas, o que dificulta a integração. Por exemplo, muitos migrantes ainda sentem a barreira da língua no acesso aos serviços públicos.

A Alta-comissária salientou que, apesar de os processos serem morosos, tem sido feito um esforço na auscultação da sociedade civil e no envolvimento do CM, das associações de migrantes e também das entidades públicas, para se desenvolverem medidas concretas que deem resposta aos constrangimentos identificados pelas comunidades migrantes. Dando como exemplo a incorporação de mediadores interculturais nos diversos serviços que promovem a integração de migrantes, reconheceu, contudo, que este é um processo que carece de mais trabalho e que os resultados para quem está no terreno são sempre mais demorados.

A representante da Comunidade Brasileira, Conselheira Cyntia de Paula pediu a palavra:

- Questionou se na auscultação à sociedade civil os migrantes foram incluídos e, em caso afirmativo, de que forma avaliaram as políticas públicas;
- Referiu que, à semelhança do Conselheiro Timóteo Macedo, tem algumas reticências quanto à implementação das boas práticas pela sociedade civil, atendendo à grande precariedade em que se encontram muitas associações.

A Alta-comissária esclareceu que foram apenas auscultadas entidades que representam migrantes e que o relatório que está ser produzido pode ser uma boa ferramenta para as associações debaterem e trabalharem as questões que considerem relevantes com as comunidades migrantes.

No *chat* da reunião, o representante da Comunidade Indiana, Conselheiro Shiv Kumar Singh, referiu que para os migrantes indianos e sul-asiáticos têm tido grandes dificuldades com os processos de reagrupamento familiar

devido à burocracia e à demora na resposta por parte da Embaixada de Portugal. Também muitos estudantes pretendem vir para Portugal, mas os vistos têm sido recusados alegando-se o risco migratório, pelo que estas questões também deveriam ser consideradas na auscultação.

A Alta-comissária observou que o PNIPGM contempla medidas sobre vistos para estudantes e têm sido feitos progressos nesta matéria, nomeadamente o reconhecimento automático, para algumas nacionalidades, de graus e diplomas de entidades de ensino superior estrangeiras.

Interveio o Cidadão de Reconhecido Mérito, Conselheiro Jorge Malheiros, destacando que:

- O formato presencial das reuniões do CM é uma mais-valia, pelo que espera que possa ser retomado em breve;
- Agradeceu à OIM a apresentação dos resultados finais do processo de auscultação da sociedade civil e salientou a importância deste tipo de instrumentos;
- Como se depreende das intervenções dos Conselheiros Timóteo Macedo, Cytia de Paula e Shiv Kumar Singh, existe a perceção de haver diagnósticos razoáveis, mas a implementação de melhorias é demorada;
- Quanto ao envolvimento da sociedade civil, seria interessante aproveitar o trabalho académico já realizado, perceber como podem ser implementadas as sugestões da Academia e, a partir daí, debater propostas com as organizações sobre o que pode ser melhorado e como.

A Alta-comissária sublinhou que:

- Uma maior aproximação da reflexão da Academia ao terreno pode ser muito profícua e o CM é, neste âmbito, um fórum importante para promover essa articulação;
- Embora haja constrangimentos ao nível de recursos para a implementação de algumas medidas, existe sempre a possibilidade de desenvolver algumas ações concretas;
- Quanto às reuniões do CM, conta-se alternar entre o formato presencial e *online*, tendo em conta a logística mais complexa das reuniões presenciais e a facilidade em reunir remotamente. Por outro lado, o espaço do Auditório do CNAIM é atualmente uma sala de espera para o elevado número de cidadãos ucranianos que tem ocorrido ao CNAIM de Lisboa.

Não havendo mais pedidos de intervenção sobre o ponto 3., o Chefe de Missão da OIM Portugal agradeceu as intervenções e salientou também a importância de articulação do trabalho científico com o trabalho de terreno. Por fim, agradeceu a oportunidade de estar presente na reunião e desejou uma boa continuação dos trabalhos da reunião.

Sobre a realização de reuniões do CM em formato presencial, o representante da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Conselheiro Hugo Seabra, referiu que a Fundação se disponibilizava para tentar acolher a próxima reunião do CM, notando apenas que seria conveniente o seu agendamento com alguma antecedência dada a elevada taxa de ocupação das Salas da Fundação.

A Alta-comissária agradeceu a disponibilidade da FCG para acolher a próxima reunião do CM, solicitando que o DRIPMCM articulasse com o Conselheiro Hugo Seabra as questões necessárias nesse sentido.

Dando início ao ponto 4. da Ordem de Trabalhos – Principais concretizações do PNIPGM –, a Alta-comissária observou que:

- Está em fase de finalização o relatório de implementação do PNIPGM (2019-2021), que inclui as muitas atividades realizadas e concretização de medidas e objetivos previstos com o envolvimento de 27 entidades;
- Do total das 97 medidas, 93 foram executadas e/ou estão em implementação;
- Está em processo de preparação um relatório de natureza internacional, com base no relatório de implementação do PNIPGM, para projetar o trabalho realizado em Portugal;
- Quando o relatório de implementação do PNIPGM estiver finalizado e aprovado, será divulgado no *site* do ACM, I.P., e será enviado ao CM o *link* do documento para consulta;
- Como já mencionado, serão submetidas por Portugal diversas boas-práticas, entre as quais três do ACM, I.P., bem como outras, de várias entidades, em articulação com o MNE;
- Entre as concretizações do PNIPGM, destaca-se:
 - A publicação do Guia de Acolhimento para Migrantes, que integra um conjunto de ferramentas para melhorar os processos de integração através de informação dos serviços mais diretamente relacionados com a integração de migrantes. Está também em curso a tradução do Guia para inglês, para que possa ser consultado por um maior número de pessoas;

- A criação de uma página dedicada aos migrantes no *site* ePortugal, que complementa a informação do Guia, e que inclui informação sobre o acesso aos serviços públicos;
- O alargamento da Rede CLAIM, que conta atualmente com um total de 144 Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes;
- O reforço da articulação entre os quatro CNAIM, localizados em Lisboa, Porto, Faro e, mais recentemente, em Beja, com a Rede CLAIM. Tem sido promovido um incremento das sinergias entre Centros Nacionais e os Centros Locais, para melhor responder às necessidades da população migrante.

Não havendo pedidos de intervenção sobre o ponto 4., a Alta-comissária introduziu o ponto 5. da Ordem de Trabalhos, aprovado pelo plenário no início da reunião – Situação de Emergência na Ucrânia –, dando duas notas prévias:

- Sobre a introdução deste novo ponto na Ordem de Trabalhos, refira-se que, à data de envio da convocatória para a reunião, não era possível conhecer a rapidez da evolução da situação de emergência e dos fluxos de saída da Ucrânia;
- A pedido da representante da Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergência – APGES, Conselheira Helena Barroco, que não pôde estar presente na reunião, informa-se que a APGES lançou uma *call* para a apresentação de manifestações de interesse destinadas a estudantes, investigadores e professores da Ucrânia, a qual está publicitada no *site* da APGES.

Em seguida, a Alta-comissária deu a palavra à representante da Comunidade Ucraniana, Conselheira Nataliya Khmil, para partilhar com o CM como tem sido feito o acompanhamento da Comunidade Ucraniana.

A Conselheira Natalya Khmil agradeceu o apoio e solidariedade que a Comunidade Ucraniana tem recebido e destacou o trabalho que a associação a que preside [Amizade – Associação de Imigrantes de Gondomar], tem realizado em parceria com a sociedade civil e com o Município de Gondomar:

- O maior foco do trabalho tem estado na recolha de alimentos e de medicamentos – foram já enviados para as fronteiras da Ucrânia com a Polónia e com a Eslováquia 20 camiões com estes bens;

- Chegaram recentemente a Gondomar dois autocarros com refugiados da Ucrânia e foi prestado apoio a estas pessoas quanto a documentação e alojamento, tendo sido alojadas 56 pessoas;
- Estão atualmente 12 pessoas no centro de acolhimento de Gondomar, algumas com doenças crónicas, mas já começaram a fazer tratamento;
- Muitas pessoas que chegam a Portugal sozinhas pedem apoio para alojamento e para o registo do pedido de proteção temporária na plataforma do SEF, mas neste último caso não têm surgido dificuldades, graças ao apoio que têm tido, nomeadamente dos serviços de atendimento do CNAIM;
- Estão a aumentar, na Polónia, os pedidos de transporte para Portugal. Contudo, já há dificuldades em responder a todas as solicitações, pelo que a partilha de informação em caso de disponibilidade para acolher pessoas seria muito bem-vinda;
- Está a ser dado apoio na integração de crianças nas escolas;
- Foi criada uma plataforma que inclui pedidos de pessoas ucranianas e ofertas de portugueses, quanto a vários tipos de ajuda;
- Está a ser disponibilizada aos técnicos do CLAIM a informação de registo das pessoas que chegam a Portugal e dos apoios e ofertas de emprego do conhecimento da associação Amizade e do Município de Gondomar.

A Alta-comissária agradeceu a intervenção e deu nota do trabalho que tem sido desenvolvido pelo ACM, I.P., salientando que:

- O ACM, I.P., integra, desde o início, a *task-force* do Governo que inclui várias tutelas, e a qual tem vindo a ser reforçada com áreas de atuação não previstas inicialmente;
- Têm sido mobilizadas diferentes Unidades Orgânicas e organizadas em equipas de emergência, para responder às solicitações que chegam ao ACM, I.P.;
- Desde o início desta crise humanitária, tem havido uma articulação muito próxima com as associações e com os municípios, para partilha de informação sobre levantamento de necessidades no terreno, bem como para informação dos procedimentos e respostas que vão sendo implementados;
- Foi criado um email específico do ACM, I.P., sosucrânia@acm.gov.pt, para prestar informações no âmbito desta operação de emergência e sinalizar apoios e disponibilidades. Neste email também estavam a ser

recebidos muitos pedidos sobre saída de pessoas da Ucrânia, mas face ao grande volume de solicitações estes pedidos passaram a ser respondidos pela Linha de Emergência Consular do MNE;

- O horário da Linha de Apoio ao Migrante e do Serviço de Tradução Telefónica foi alargado – até às 20h durante a semana (antes estavam disponíveis até às 19h) e nos sábados funcionam das 9h30 às 17 h (antes não funcionavam nos sábados);
- Foram publicados cartões informativos em ucraniano, português e inglês e divulgados nas redes sociais, junto das associações de migrantes e rede de parceiros. Estão também disponíveis na página «SOS Ucrânia» do *site* do ACM, I.P., que agrega toda a informação relevante e recursos disponíveis no âmbito desta situação de emergência e que pode ser consultada em <https://www.acm.gov.pt/-/sos-ucrania>;
- Tem havido uma articulação permanente com a Rede CLAIM quanto a situações concretas e respostas disponíveis;
- A informação relativa a instrumentos legislativos e outras informações úteis foram traduzidas para ucraniano, tendo o ACM, I.P., participado também na elaboração do documento com Perguntas Frequentes que está disponível na plataforma do Governo – *Portugal for Ukraine*;
- Está em constante atualização um fluxograma para partilha com outros serviços sobre procedimentos de acolhimento e integração;
- Foram disponibilizados tradutores para entidades parceiras e operações de acolhimento;
- Nos CNAIM, foram constituídas mistas que integram técnicos de atendimento do IEFP, I.P., e do ISS, I.P.;
- À semelhança do que tem sucedido em casos de migrações forçadas – como o caso do Afeganistão –, tem sido feito um mapeamento de disponibilidades, essencialmente de alojamento, bem como outras, de apoio social. Foi disponibilizado um formulário, para mapeamento de alojamento, em colaboração com a sociedade civil e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses – entidade à qual o ACM, I.P., agradece o apoio na articulação com os municípios –, e que se encontra em permanente atualização. Este mapeamento inclui disponibilidades de alojamento e de espaços coletivos de acolhimento de emergência, de acolhimento de duração intermédia e de alojamentos mais duradouros;
- Tem sido feito um acompanhamento no preenchimento e submissão de pedidos de proteção temporária na Plataforma do SEF criada para o efeito;
- O ACM, I.P., tem participado nas equipas das entidades que fazem a receção de autocarros e aviões com pessoas deslocadas da Ucrânia e dos países de fronteira.

A Alta-comissária destacou ainda, quanto à Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 29-D, de 11 de março:

- Veio ampliar o âmbito da RCM n.º 29-A/2022, de 1 de março, atendendo a que a RCM n.º 29-D, de 11 de março, *concede proteção temporária aos cidadãos nacionais da Ucrânia e aos cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas beneficiários de proteção internacional na Ucrânia, provenientes desse país, bem como os cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas que se encontrem nessas circunstâncias e comprovem ser familiares ou que comprovem ser residentes permanentes na Ucrânia, ou tenham uma autorização de residência temporária, ou beneficiem de um visto de longa duração destinado à obtenção deste tipo de autorização e cujo regresso seguro e duradouro ao seu país de origem não seja possível.*
- O pedido de proteção temporária (válida por um ano, prorrogável por dois períodos de seis meses) permite o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, Segurança Social e Autoridade Tributária, com a atribuição automática de Número Nacional de Utente, Número de Identificação da Segurança Social e Número de Identificação Fiscal;
- Toda a informação relevante no âmbito do pedido de proteção temporária está disponível na plataforma *Portugal For Ukraine* em português, inglês e, em breve, ucraniano.

Pediu a palavra a representante do Turismo de Portugal presente na reunião, Elisabete Mendes. Começando por cumprimentar o plenário e agradecer a oportunidade de participar na reunião, apresentou o Programa *Open to Ukraine*, do Turismo de Portugal:

- O Programa visa a integração de migrantes no setor do Turismo;
- É um programa de acolhimento e integração, que inclui o ensino de português para aspetos mais práticos e rotinas diárias;
- Inclui oferta de formação em português e inglês técnico adaptado ao setor do Turismo, e ações de informação sobre cultura, gastronomia, visitas a mercados, entre outras iniciativas, para potenciar a empregabilidade no setor Turismo;
- Várias entidades estão mobilizadas na identificação de ofertas de trabalho no âmbito do Programa;
- Inclui ações de capacitação para o mercado de trabalho como a elaboração de currículos, preparação para entrevistas de emprego e desenvolvimento pessoal (*soft skills*), motivação, entre outras.

A terminar, a representante do Turismo de Portugal informou que está disponível para uma apresentação sobre as iniciativas mencionadas e, caso se considere pertinente, poderá ser divulgada junto das comunidades migrantes e entidades que trabalham no seu acolhimento.

Tomou a palavra o representante do Governo Regional dos Açores, Conselheiro José Andrade, começando por cumprimentar o plenário e, em particular, a Conselheira representante da Comunidade Ucraniana em Portugal. Partilhou o trabalho realizado pelo Governo Regional dos Açores para integrar pessoas deslocadas da Ucrânia, sublinhando que:

- A sociedade civil açoriana mobilizou-se espontaneamente para organizar campanhas locais e regionais de angariação de bens, os quais estão a ser encaminhados para as fronteiras com a Ucrânia;
- O Governo Regional atualizou o Plano Regional de Acolhimento e Integração de Refugiados nos Açores (PRAIRA) que articula respostas de âmbito local e regional de entidades públicas e privadas de acolhimento e integração de refugiados;
- O Governo Regional anunciou publicamente estar disponível e preparado para acolher nas várias Ilhas, de forma progressiva, entre 250 a 500 pessoas refugiadas da Ucrânia, em resultado do mapeamento feito e que permite assegurar respostas ao nível da habitação, integração laboral, ensino de português e integração de crianças e jovens no sistema educativo, entre outras dimensões.

Antes de concluir a intervenção, o Conselheiro José Andrade informou que teria de se ausentar da reunião, mas pretendia deixar à consideração da Alta-comissária uma tomada de posição pública do CM, considerando a importância e a representatividade do Conselho, de condenação da guerra na Ucrânia, de solidariedade para com o povo ucraniano e de apelo à paz.

A Alta-comissária disse registar a intenção do CM se posicionar formalmente quanto à atual situação na Ucrânia, questão, aliás, já suscitada no *chat* da reunião por outros conselheiros. Observou ainda que, atendendo a que o Conselheiro José Andrade necessitava de se ausentar da reunião, consideraria a sua concordância com a elaboração de uma declaração conjunta do CM.

Em seguida, a Alta-comissária abriu um espaço de partilha de informação sobre o trabalho que o SEF, IEFP, I.P., e ISS, I.P., têm desenvolvido para o acolhimento e integração de pessoas deslocadas da Ucrânia, e de outras entidades presentes na reunião que desejassem pronunciar-se neste âmbito.

Tomou a palavra o representante do SEF, Conselheiro José Barão, que fez um ponto de situação quanto ao processo de acolhimento de pessoas deslocadas da Ucrânia, ao abrigo do pedido de proteção temporária:

- Mesmo antes da publicação da RCM n.º 29-A/2022, de 1 de março, e da implementação da plataforma para subscrição de pedidos de proteção internacional temporária, o SEF recebeu vários pedidos de proteção internacional ao abrigo do regime geral, os quais foram devidamente acompanhados, pelo que se destaca e saúda o empenho e o esforço dos inspetores e demais funcionários do SEF desde o início da situação de emergência humanitária na Ucrânia;
- O SEF foi parte ativa na elaboração da RCM n.º 29-A/2022, de 1 de março, que prevê um regime excecional de proteção, tal como sucedeu há uns anos, durante o conflito na Guiné-Bissau;
- Quanto ao pedido de proteção temporária:
 - Pode ser submetido na plataforma criada para o efeito, em português, inglês e ucraniano, e também pode ser submetido fora do Território Nacional, o que permite que haja segurança no processo;
 - Após a submissão do pedido, a informação é comunicada ao SNS, ISS e AT, para emissão dos respetivos números de identificação;
 - Está a ser trabalhado um certificado que inclua todos os números de identificação num só documento;
 - Os cidadãos maiores têm acesso a um regime simplificado de registo, mas no caso de menores o registo é mais burocrático, no sentido de garantir o superior interesse destas pessoas;
 - Nos casos dos menores não acompanhados em que não existe suficiente documentação, é feita uma comunicação ao Ministério Público e são também desencadeadas ações de fiscalização nas situações de maior vulnerabilidade, para monitorizar e dissuadir potenciais casos de tráfico de seres humanos;
 - Até à data, o SEF registou 12 mil registos de pedidos de proteção temporária na plataforma, de mais de 30 nacionalidades;
 - A sociedade civil tem tido um papel muito importante na articulação dos processos de registo na plataforma;

- Tem sido prestado apoio aos cidadãos ucranianos também fora do Território Nacional, através de elementos do SEF destacados nas missões de apoio consular nas Embaixadas de Portugal em Varsóvia e em Bucareste;
- Aguarda-se um fluxo ainda maior de registos de pedidos de proteção temporária, pelo que o SEF está a trabalhar no sentido de não haver obstáculos, ao nível de documentação, nos procedimentos de vinda para Portugal de pessoas deslocadas da Ucrânia.

O Conselheiro José Barão terminou a intervenção disponibilizando-se para responder a eventuais questões do CM.

Interveio a representante do IEFP, I.P., Conselheira Luísa Bastos:

- O IEFP, I.P., participa na *task-force* do Governo desde o início, atendendo a que o trabalho e a formação são essenciais para a integração de migrantes;
- A sociedade civil manifestou o seu apoio desde muito cedo, com informação de entidades empregadoras disponíveis para ofertas de trabalho;
- Estão sinalizadas mais de 23 mil ofertas de trabalho em muitas áreas, sobretudo em setores que têm carência de mão-de-obra, mas também para profissões mais indiferenciadas e altamente qualificadas, em todo o País. As principais áreas de trabalho das ofertas são o turismo, construção civil, informática, agricultura e 5% destas ofertas oferecem alojamento. Nestes casos, a informação está a ser partilhada com a ACT, para verificar as condições dos alojamentos;
- Foram criadas equipas que integram técnicos do IEFP, I.P., nos CNAIM, bem como equipas de atendimento conjunto com o ISS, I.P., para articular diretamente as questões do mercado de trabalho e dos apoios sociais;
- O IEFP, I.P., também participa nas equipas de apoio consular em Varsóvia e em Bucareste mencionadas pelo Conselheiro representante do SEF, para prestar informação sobre emprego e apoios sociais;
- No *site* do IEFP, I.P., foi criada uma caixa de correio para pedidos de emprego. Está a ser trabalhado um registo melhorado, com possibilidade de envio do currículo profissional dos interessados. Aos pedidos de pessoas que ainda se encontram fora de Portugal, também tem sido prestada informação sobre as oportunidades que existem;
- Tem sido feita uma avaliação das necessidades e expectativas quanto à situação de emprego. Foram identificados alguns obstáculos à integração laboral imediata porque a primeira preocupação está a ser a

de assegurar condições de segurança, como o alojamento, o ingresso de crianças em creches e escolas, a aprendizagem de português;

- Estão a ser desencadeados os processos de reconhecimento de qualificações, profissões e habilitações, tendo sido identificados casos de habilitações muito elevadas;
- Foram já abertos novos turnos de cursos de Português Língua de Acolhimento e tem havido flexibilização nas turmas destes cursos, nomeadamente recorrendo a tradutores durante as aulas para auxiliar os formadores e permitindo que os formandos com crianças as possam levar consigo ou possam deixá-las ao cuidado de voluntários.

Relativamente à intervenção da Conselheira Luísa Bastos, a representante da ACT, Conselheira Fátima Pisco, acrescentou, quanto às ofertas de trabalho que disponibilizam alojamento:

- A importância da partilha dessa informação com a ACT, atentas as atribuições e competências desta Autoridade, e que se insere num contexto de solidariedade e cooperação interinstitucional, visando a participação da ACT em intervenções conjuntas;
- As intervenções conjuntas terão nesta fase inicial, prévia à efetivação de uma relação de trabalho, um cariz informativo e de sensibilização junto dos potenciais empregadores, numa ótica de prevenção, principalmente em matéria de segurança e de saúde no trabalho.

Tomou a palavra a representante do ISS, I.P., Inês Nicolau, notando que muito do trabalho em curso tinha já sido referido pelo SEF e pelo IEF, I.P., e acrescentou:

- Como referido anteriormente, a primeira preocupação foi a de encontrar mecanismos ágeis para a atribuição de NISS, para compreender as necessidades quanto a prestações e apoios sociais;
- Tem sido feita uma articulação muito estreita com o ACM, I.P., para procura de alojamento – numa primeira linha – alojamento urgente; numa segunda linha – temporário e, numa terceira linha – prolongado. Neste sentido, o ISS, I.P., estabeleceu protocolos com várias entidades para criar estruturas específicas de alojamento de segunda linha (temporário). Após a integração nestes alojamentos, é feito um contacto com o centro distrital do ISS, I.P., e inicia-se um processo com o agregado familiar, para avaliar as reais expectativas das pessoas, uma vez que muitas ambicionam regressar ao país de origem;

- A Linha de Emergência Social está disponível durante 24 horas por dia, para prestar apoio a todos os que chegam espontaneamente e de forma isolada;
- As estruturas de alojamento também funcionam 24 horas por dia, para ajudar as pessoas fora do horário de funcionamento dos serviços;
- Após atribuição do NISS, é feito um atendimento conjunto com o IEPF, I.P., para, como já referido, articular respostas para trabalho, formação, aprendizagem da língua e acesso a creches, prestações e apoios sociais;
- Estão a ser trabalhadas respostas para as situações de alojamento mais permanente. Neste âmbito, o ISS, I.P., destacou técnicos para os CNAIM, que têm articulado estes casos com o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados do ACM, I. P.;
- Existe uma grande preocupação com os menores não acompanhados. Estão a ser desenvolvidos mecanismos de identificação e de acompanhamento e a ser afinados, em permanência, os procedimentos de articulação interna e com as entidades envolvidas naqueles casos;
- Os processos de entrega de documentação estão a ser simplificados.

A representante do ISS, I.P., terminou a intervenção congratulando as sinergias estabelecidas entre as diferentes entidades em prol do mesmo objetivo.

Pediu a palavra a representante da DGE, Conselheira Lina Varela, salientando que:

- Houve um reforço das medidas de acolhimento e integração de crianças e jovens refugiados, tendo sido preparados documentos neste sentido. No dia da reunião do CM, foi divulgado um ofício-circular com a sistematização das medidas relativas à equivalência de habilitações e integração imediata de crianças e jovens nas escolas;
- A inclusão no currículo está a ser feita de forma progressiva para facilitar a sua integração no sistema de ensino, pelo que, numa primeira fase, as crianças e jovens podem frequentar disciplinas de carácter mais prático – por exemplo, tecnológicas, artísticas, Educação Física;
- A ação social escolar foi acionada;
- Estão disponíveis vários recursos informativos no *site* da DGE, como é o caso do Guia de Acolhimento para Migrantes – tendo a DGE participado na tradução dos seus conteúdos para inglês –, e também informação sobre medidas educativas para crianças e jovens refugiados, quanto ao seu acolhimento e aprendizagem

de português. Toda a informação está disponível em <https://www.dge.mec.pt/criancas-e-jovens-refugiados-medidas-educativas>;

- Estão também em preparação orientações para a educação pré-escolar;
- Todas as questões no âmbito do ensino de crianças e jovens refugiados podem ser enviadas para o email da DGE refugiados@dge.mec.pt.

Interveio a representante da ANMP, Conselheira Maria João Lopes, informando que:

- Tem havido uma articulação estreita entre a ANMP e o ACM, I.P., nomeadamente quanto a questões sobre alojamento, e de que é exemplo a reunião havida recentemente entre a Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, a Secretária de Estado da Habitação e a ANMP;
- Está a ser feito um levantamento dos bens angariados pelos municípios, para reporte internacional por parte do MAI;
- A ANMP tem mantido um contacto permanente com congéneres europeias, tendo sido realizada uma reunião com o Presidente do Município de Lviv, e encetados contactos com autarcas da Ucrânia para estabelecer pontes quanto às necessidades atuais, bem como numa futura fase de reconstrução daquele país.

Tomou a palavra o representante da PSP, Conselheiro Hugo Guinote:

- Antes mesmo da incursão militar na Ucrânia, a PSP participou em reuniões preliminares com a Comunidade Ucraniana, em colaboração com o ACM, I.P.;
- É importante que a PSP seja gradualmente integrada no fluxo de informação entre as várias entidades. A PSP está a gerir grupos de pessoas que chegam de comboio e de autocarro a Lisboa sem qualquer apoio, articulando com os municípios, embora esta gestão possa ser afinada para melhorar a resposta de acolhimento num primeiro contacto com estas pessoas;
- Atendendo a que as redes de tráfico de seres humanos não atuam apenas nos países de fronteira com a Ucrânia e podem deslocar-se para os países que estão a acolher refugiados, a PSP pretende promover o acompanhamento regular das pessoas deslocadas. Por ora, a PSP está a recorrer a redes informais que se possam constituir neste sentido, pelo que agradece partilha de informação, sobretudo de situações de

peçoas alojadas em hotéis, *hostels* ou que estão desenquadradas, e que podem representar casos de maior risco.

A Alta-comissária agradeceu a intervenções e a atenção da PSP para com a questão do tráfico de seres humanos, acrescentando a disponibilidade do ACM, I.P., para manter um canal de comunicação aberto com as entidades e com a *task-force* neste âmbito.

Pediu a palavra a representante da Comunidade Cabo-verdiana, Conselheira Gracinda Luz:

- Manifestou a sua solidariedade para com a Conselheira Nataliya Khmil e para com a Comunidade Ucraniana em Portugal;
- Informou que a Associação a que preside [Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém] está mobilizada para apoiar, no terreno, a Comunidade Ucraniana, e tem disseminado informação relevante nesse sentido, nomeadamente junto do CLAIM de Sines;
- Irá ser criado um espaço de acolhimento em Sines, pelo que disse pretender alguns esclarecimentos por parte do SEF, do IEF, I.P., e do ISS, I.P., quanto a documentação, tempos de espera, encaminhamento para ofertas de trabalho e turmas de Português Língua de Acolhimento, entre outras questões, para poderem ser dadas respostas no terreno.

A Alta-comissária observou que a forma mais célere para obter os esclarecimentos seria a partilha de contactos, no *chat* da reunião, para uma articulação direta com as entidades, sendo que a Conselheira Gracinda Luz poderia também enviar ao ACM, I.P., as questões mais pertinentes.

Interveio o Conselheiro Timóteo Macedo, observando que:

- A emergência social requer que sejam apoiados os que mais sofrem e que, atualmente, são as pessoas da Comunidade Ucraniana. Portugal tem estado mobilizado para esta causa e tem o dever de apoiar essas pessoas;
- É necessário, contudo, que haja equidade nas políticas e nas práticas e que ninguém seja deixado para trás. As instituições não podem deixar de ver todos aqueles que aguardam por ver os seus problemas resolvidos, entre os quais muitos imigrantes ucranianos:

- O Conselheiro lembrou que chegou a ser representante daquela comunidade, tendo a associação a que preside [Associação Solidariedade Imigrante] apoiado reclusos ucranianos e de outros países da Leste europeu que eram maltratados nas prisões e não tinham qualquer suporte nos tribunais;
- Referiu que a Associação Solidariedade Imigrante reuniu recentemente com outras associações e foram novamente levantadas questões sobre os tempos de espera para agendamentos no SEF;
- Disse que, no caso dos reclusos, não existem boas práticas para a reinserção na sociedade após cumprirem a pena;
- Apesar da excelente resposta do Estado para apoiar as pessoas deslocadas da Ucrânia, é preciso dar resposta às questões que afetam outros migrantes e dar também continuidade ao trabalho para apoiar outras situações de migrações forçadas, como é o caso da população síria ou afegã, para que possam ser integradas na sociedade portuguesa;
- A Associação Solidariedade Imigrante reuniu com a Casa do Brasil [associação presidida pela Conselheira Cyntia de Paula] e convidou o Diretor Nacional-Adjunto do SEF a estar presente, com o intuito de, juntamente com mais associações, encetar um diálogo com o SEF e com entidades da sociedade civil sobre os problemas que afetam as comunidades migrantes. Não obstante a ausência do SEF na reunião é necessário continuar a lutar para que haja mais proximidade e contacto com as entidades;
- Quanto à atual situação na Ucrânia, é preciso continuar a prestar atenção também depois da guerra, nomeadamente para os casos de tráfico de seres humanos.

Tomou a palavra a Conselheira Nataliya Khmil referindo, a propósito da intervenção do Conselheiro Hugo Guinote, que dispunha de informação sobre os locais onde estão pessoas alojadas e que poderia partilhar com a PSP. Disse ainda que, ao longo da intervenção das entidades, lhe tinham surgido algumas dúvidas, designadamente a existência de subsídios para algumas condições de incapacidade, bem como a disponibilidade de alojamento temporário em várias zonas do País.

A Alta-comissária observou que as dúvidas poderiam ser articuladas diretamente com as entidades, mas, no caso das questões de alojamento temporário, poderiam ser enviadas para a equipa do DRIPMCM, que faria a respetiva articulação dentro do ACM, I.P. A Alta-comissária destacou ainda que outras questões ou dúvidas que o CM tivesse no acompanhamento a pessoas deslocadas da Ucrânia, poderiam ser enviadas ao DRIPMCM, que seria intermediário no encaminhamento interno ou para outras entidades.

Quanto à tomada de posição do CM sobre a situação na Ucrânia, a Alta-comissária informou que, se não houvesse manifestações contra, seria preparada uma proposta que sublinhasse a condenação da guerra e o apelo à paz como mensagem principal, e enviada ao CM para aprovação.

A este propósito, o Conselheiro Jorge Malheiros propôs que a Declaração fizesse menção a:

- Todas as violações de direitos humanos, associadas à guerra;
- Solidariedade para com as vítimas da guerra, em particular para com a Comunidade Ucraniana;
- Juntar o apelo do CM a outras entidades nacionais e internacionais, pelo cessar-fogo imediato e o fim da guerra.

A Conselheira Cyntia de Paula sugeriu que o texto da Declaração pudesse referir-se à condenação de todas as guerras, face aos conflitos armados que prosseguem em todo o mundo.

A Alta-comissária disse ter tomado nota de que não houve manifestações contra a redação de uma proposta de Declaração. Referiu que poderiam ser enviados contributos até ao final do dia, para que fosse redigida uma proposta e apresentada ao CM no dia seguinte, para aprovação.

Antes de a Alta-comissária terminar a reunião, a Conselheira Nataliya Khmil agradeceu toda a solidariedade manifestada pelo CM.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Alta-comissária encerrou os trabalhos da reunião pelas doze horas e cinquenta e cinco minutos.

A Ata foi aprovada na Reunião do Conselho para as Migrações de dia 1 de julho de 2022.

A Alta-comissária para as Migrações


Sónia Pereira